

# Modernização e produção da miséria nos Campos Gerais do Paraná

Edu Silvestre de Albuquerque\*  
Idaleto Malvezzi Aued\*\*

## Introdução

Entre as elites econômicas dos Campos Gerais do Paraná, a fração latifundiária destaca-se em razão de seu papel histórico no processo de geração de riqueza nacional e no sistema político estadual. Ao lado desta posição destacada, as elites latifundiárias são até hoje rotuladas por elementos da mídia, da política e até da academia de “tradicionais”, no sentido de “atrasadas” e “arcaicas”.

Esse mito do atraso das elites campeiras somente começou a apresentar brechas a partir da modernização agrícola ocorrida a partir da década de 1970, que implantou uma nova matriz agroindustrial regional baseada na reconversão produtiva das terras de pastagem. Agora o avanço da técnica se fazia visível no processo produtivo local mesmo para os mais céticos. Contudo, deseja-se demonstrar neste artigo que desde os primórdios da ocupação dos campos meridionais, ainda no século XVIII, a modernização estava presente na construção do espaço de circulação dentro e fora dos limites das fazendas pecuaristas.

Essas redes de transporte, a logística e o suporte técnico da produção local foram construídas longamente por fundos públicos e capitais privados, por vezes, num caráter promíscuo derivado da fusão entre esferas pública e privada. Esse

---

\*Universidade Estadual de Ponta Grossa, graduado em Geografia pela UFRGS (1988), mestre em Geografia Humana pela USP (1995) e doutor em Geografia pela UFSC (2007).

\*\*Universidade Federal de Santa Catarina, graduado em Economia pela UFPR (1972), mestre em Economia Rural pela UFPB (1980) e doutor em Geografia pela USP (1996).

desenvolvimento técnico-produtivo seletivo, ao lado da extração da renda da terra pelas elites fundiárias, contribuem para explicar a enorme diferenciação socioeconômica local. Em outras palavras, o processo de ampliação da riqueza regional sempre “andou de mãos dadas” com a exclusão social.

### **A extração da renda da terra pela inserção no mercado mundial**

Já representa consenso na literatura especializada que a renda da terra pode ser ativada mesmo em condições capitalistas, simplesmente porque persiste o monopólio da propriedade fundiária. Esse “tributo” permite ao proprietário fundiário a antecipação de uma fração do valor acrescido (expectativa de lucro), que o produtor arrendatário espera recuperar e ampliar durante o processo produtivo<sup>1</sup>.

Nos Campos Gerais do Paraná, o desenvolvimento de programas de assentamento de imigrantes entre os séculos XIX e XX possibilitaria a realização da renda da terra através da venda do imóvel rural e não pelo arrendamento. De fato, a partir da Tabela 1, verifica-se que nos municípios da região apenas 0,61% das terras ocupadas foram na forma de arrendamento.

Mas em Ponta Grossa e municípios do entorno, onde a fixação de imigrantes agricultores foi proporcionalmente menor em relação aos municípios da região, esse índice sobe para 7,56%<sup>2</sup>. Ora, esse valor está bem mais próximo dos 10,48% apurados para a Campanha gaúcha, região de tradicional domínio da grande propriedade e da pecuária extensiva.

Portanto, as duas formas de extração da renda da terra, seja pela venda ou pelo arrendamento, parece que foram bastante ativadas nos Campos Gerais do Paraná, gerando a riqueza da camada latifundiária local.

Riqueza de um lado, e pobreza de outro. Como salienta José de Souza Martins, ainda que a terra represente importante fator de produção não pode gerar valor ou renda sem o concurso do sobretabalho (o trabalho capaz de crescer valor ao produto)<sup>3</sup>. Este,

<sup>1</sup>MARX, Karl. *O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

<sup>2</sup>IBGE. *Censo Agropecuário 1995-1996*. Rio de Janeiro, FIBGE, 2000.

<sup>3</sup>MARTINS, José de Souza. *A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido pela reforma agrária*. Rio Claro, Unesp/II Enga, 1979.

por sua vez, depende do grau de desenvolvimento das forças produtivas e também da reorganização do tempo ocioso dos trabalhadores. Contudo, a produção da miséria ainda será abordado mais profundamente adiante.

**TABELA 1 – Condição do produtor por município dos Campos Gerais paranaenses - 1995**

Município	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
Tibagi	1.067	237.476	145	26.379	36	4.072	64	2.596
Pirai do Sul	1.125	104.509	65	4.329	22	714	134	3.171
Castro	2.738	206.609	226	17.362	13	2.210	390	8.676
Ivaí	1.313	39.680	236	2.136	73	378	194	9.200
Ipiranga	1.142	60.601	221	5.428	14	3.957	413	3.640
Prudentópolis	6.777	160.055	332	3.934	477	2.669	370	5.970
Imbituva	1.846	59.031	275	2.349	149	2.505	199	2.039
Teixeira Soares	971	84.958	123	5.620	11	431	156	3.007
Ponta Grossa	1.268	136.073	99	11.855	16	1.234	120	7.609
Irati	2.071	62.714	214	2.747	53	542	354	5.529
Palmeira	1.341	84.016	202	10.327	14	985	230	3.670
Porto Amazonas	70	13.191	-	-	-	-	-	-
Rio Azul	1.233	33.246	80	934	92	827	216	3.905
Rebouças	1.061	26.267	240	2.656	66	574	141	2.061
São João do Triunfo	950	41.536	214	1.604	5	52	248	2.429
Lapa	2.290	118.273	160	4.151	87	1.461	413	4.664
Mallet	1.376	45.389	59	846	27	220	50	566
São Mateus do Sul	2.350	88.426	140	2.264	29	281	421	5.637
Antonio Olinto	864	28.406	53	456	4	28	109	1.252
União da Vitória	709	46.488	36	664	19	350	52	802
Paula Freitas	529	22.756	26	551	3	36	30	1.482
Paulo Frontim	902	24.936	45	618	5	27	11	148
Total	33.993	17.224,6	3.191	107.210	1.215	23.553	4.315	78.053
		36 (98,8%)		(0,61%)		(0,14%)		(0,45%)

Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE.

Obs.: Não disponíveis os dados dos municípios de Carambeí, Guamiranga e Fernandes Pinheiro.

A disseminação de cada modernização capitalista no meio agrário se efetiva através da disseminação de um novo sistema de técnicas e de reinserções no mercado mundial<sup>4</sup>. Assim, em cada momento histórico pode-se falar em graus distintos de modernização, que correspondem espacialmente a valorizações diferenciais dos lugares. Assim, para Milton Santos:

O espaço agrícola é, seletivamente, o receptáculo de dois tipos de capital: um capital novo, valorizado, que escolhe lugares privilegiados onde, ajudado pelo Estado, pode reproduzir-se melhor e mais rapidamente; e um capital desvalorizado, velho, que deve se refugiar nas atividades menos rentáveis, prejudicado ainda pela má qualidade ou mesmo pela inexistência de infra-estruturas<sup>5</sup>.

A comprovação de nossa tese da precoce modernização das elites campeiras meridionais, para derrubar o mito do atraso, passa pela determinação dos elementos que anunciam essa nova materialidade do mundo, a modernização capitalista<sup>6</sup>; e que devem ser buscados não apenas naqueles elementos circunscritos aos limites da fazenda paranaense. A maturação de um mercado mundial para produtos agropecuários e matérias-primas desponta como o elemento mais evidente nesta busca, mais importante mesmo que o desenvolvimento das técnicas, geralmente o elemento mais lembrado quando se fala em modernização.

Essa argumentação encontra exemplo empírico perfeito no caso da recente valorização da mercadoria «boi verde», atrelada ao desenvolvimento do mercado europeu para carnes produzidas “ecologicamente”. Curiosamente, o que era uma rudimentar técnica de manejo do gado - criação extensiva e em pastagens naturais - agora constitui fator diferencial de competitividade para a conquista de importantes nichos do mercado internacional de carnes. Diante deste rearranjo do mercado global, a questão do atraso das elites campeiras parece representar uma falsa questão. Essas elites supostamente atrasadas, foram capazes de vender e

<sup>4</sup>MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo, AlfaOmega, 1982a.

<sup>5</sup>SANTOS, Milton. *Economia espacial*. São Paulo, Edusp, 2003, p. 142.

<sup>6</sup>AUED, Idaleto M. e ALBUQUERQUE, Edu S. “O método da desconstituição do capital e a Geografia” In *Terra Livre*, n. 24, 2005, pp. 43-60.

arrendar suas terras, aplicando essas rendas no sistema financeiro como se verá adiante, e agora foram capazes de conquistar novos mercados sob a bandeira ecológica.

Desta forma, as transformações do mercado global (as sagradas forças de mercado) são mais importantes que as abstratas discussões quanto à “natureza” do grande proprietário campeiro, supostamente pouco avesso a mudanças e de psicologia não-empresendedora.

Mas o mito do atraso se sustenta até hoje por encontrar argumentos em diversas dimensões da vida social. Assim, o modo peculiar de fazer política dos grandes proprietários dos Campos Gerais – como extensão dos negócios da fazenda e da família –, costuma ser rotulado de “tradicional”, que prontamente lembra “atraso político local”. Ora, a política historicamente conservadora dos Campos Gerais está em seu corte nitidamente classista, representando uma resposta local a essa materialidade econômica posta mundialmente. Aos fazendeiros campeiros restava tomar as “rédeas” do Estado para garantir a logística e a modernização da infra-estrutura de circulação regional.

A articulação das unidades produtivas pecuaristas (fato empírico local) ao mercado mundial (fato empírico global) ocorre exatamente através dessa complexa infra-estrutura de circulação e de apoio técnico para produzir e movimentar a mercadoria gado (e as mercadorias erva e madeira). Esse ambiente produtivo externo à fazenda era fundamental para sustentar a produção de valor acrescido nas atividades agropecuárias e extrativistas, que os economistas agrários chamam de “renda diferencial”.

Os sistemas de transporte, pelo papel fundamental na ativação da produção, merecem uma abordagem mais pormenorizada. Nos Campos Gerais paranaenses, a navegabilidade do rio Iguaçu restringia-se ao curto trecho próximo a União da Vitória, pois, à medida que suas águas se aproximam da confluência do rio Paraná, ocorre o obstáculo de uma série de quedas d’água<sup>7</sup>.

Diante desta limitação do sistema hídrico regional, em 1776, é aberto o Caminho dos Tropeiros, também conhecido

<sup>7</sup>MARTINS, Romário. *Historia do Paraná*. , Farol do Saber, 1995.

por Caminho de Viamão. Essa rota vinha das áreas produtoras de gado bovino e muar do Rio Grande do Sul até às feiras de comercialização do interior paulista. O percurso das tropas de gado exigia de 3 e 4 meses, no que originou diversas fazendas e povoados em áreas de campo do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Ao caminho principal, conectava-se uma extensa e complexa rede de “picadas” ou “veredas”, que constituíam as vias secundárias de contato comercial com as regiões mais interiores, unindo os rincões dos Campos Gerais a Curitiba e cidades do litoral paranaense<sup>8</sup>.

Os Campos Gerais do Paraná são também conectados aos trilhos a partir de 1894, quando do prolongamento da linha Curitiba-Paranaguá, primeiramente até Porto Amazonas, e depois até Ponta Grossa. E em 1904, a ferrovia construída pela inglesa *Brasil Railway Company* avança de Ponta Grossa até União da Vitória e Castro, todas localizadas nos Campos Gerais. Por assim dizer, o antigo Caminho das Tropas era agora reconstituído pelos trilhos desde Santa Maria (RS), passando por Ponta Grossa, até Itararé (SP)<sup>9</sup>.

Esse novo padrão de circulação territorial imposto pelas ferrovias trouxe enorme fluidez territorial, acelerando a circulação de mercadorias a partir das regiões campeiras.

---

<sup>8</sup>Existe um argumento de que haveria uma fase anterior à integração nacional, resultante do domínio dos meios «naturais» no processo de geração de riqueza. De fato, a produção de valor acrescido em terras brasileiras passou por estágios específicos: exploração direta da natureza, exploração da natureza por meio da automação, exploração da natureza por meio do avanço científico, respectivamente. Cf. Milton e SILVEIRA, Maria L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. de Janeiro, Record, 2001. Contudo, não apenas os caminhos terrestres, ainda que regionalizados, garantiram desde cedo uma integração territorial incipiente para o Centro-Sul e o Nordeste. A navegação de cabotagem e de interior já representaram ainda no período colonial o sistema de transportes capaz de estabelecer a unidade territorial brasileira, permitindo a ocupação das margens amazônicas e de seus afluentes, do sertão nordestino (o «Velho Chico») e do Mato Grosso (a navegação do rio Paraguai contribuiu para a “Guerra do Paraguai” no século XIX). A esse respeito, ver JUNIOR, Caio. *Historia econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

<sup>9</sup>A partir da cidade gaúcha de Santa Maria a ferrovia ainda avançava até à região do pampa gaúcho.

Naquele momento, cidades de funções logísticas estratégicas na rede ferroviária, como Ponta Grossa, atingiram grande importância econômica e cultural<sup>10</sup>.

Outro elemento importante da modernização é representado pelo avanço tecnocientífico. Com efeito, Milton Santos e Maria Laura Silveira lembram que os espaços “de maior densidade técnica acabam por oferecer mais possibilidades do que os menos dotados desses recursos de conhecimento (...). Por isso e paralelamente criam-se áreas mais informadas e menos informadas”<sup>11</sup>. E parece que os Campos Gerais desde cedo também foram mais informados, especialmente no setor agropecuário. É este o caso da pioneira Estação Experimental do Trigo (hoje pertencente ao IAPAR), criada em 1918. Também a Fazenda-Modelo, que assim como a anterior, localizada em Ponta Grossa, uma iniciativa do governo federal para o melhoramento do rebanho bovino, e que foi incorporada em 1975 ao Centro Nacional de Pesquisa da Soja. Das empresas privadas, a cervejaria Antártica mantém centro de pesquisa em cevada na região dos Campos Gerais, mais exatamente em Lapa<sup>12</sup>.

### **A técnica no interior das fazendas campeiras**

Embora a tese defendida no presente artigo remeta o início da modernização regional ao processo de ocupação efetiva dos campos meridionais por atividades mercantis, o que remete

<sup>10</sup>A década de 1950 traria a imposição do novo padrão oligopolista da economia brasileira, ancorada fundamentalmente na agilidade do transporte rodoviário. A crise da pecuária e do extrativismo também contribuiria para o processo de sucateamento das ferrovias. Mas a partir da década de 1970, e com mais intensidade a partir da privatização da rede ferroviária federal, na década de 1990, o transporte de cargas por trilhos é novamente estimulado de forma a acompanhar a expansão da produção agrícola (principalmente de soja) e do abastecimento de combustível nos Campos Gerais paranaenses. Cf. , Leonel B., “A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa” In DITZEL, C. de H. M. e LOWEN, C. L. (orgs.). *Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais*. Grossa, UEPG, 2001, pp. 37-52.

<sup>11</sup>SANTOS e SILVEIRA, op. cit., p. 99-100.

<sup>12</sup>LARocca JUNIOR, Joel. *Desenvolvimento industrial em Ponta Grossa (PR): avaliação e perspectivas*. Florianópolis, Centro Sócio-Econômico/UFSC, 2002 (Dissertação de Mestrado).

ao final do século XVIII e início do XIX, é somente a partir da década de 1970 que o mito da falta de empreendedorismo da camada de proprietários rurais locais começa a ser derrubado. O mito do atraso campeiro sempre se sustentou fundamentalmente em fenômenos aparentes da pecuária tradicional (as formas de manejo extensiva do gado, o uso de pastagens naturais, a prática da queimada, etc.), mas à medida que vastas áreas de pecuária tradicional eram reconvertidas em lavouras comerciais, ele perde sua base de argumentação, uma vez que as mudanças técnicas se tornam agora por demais evidentes. Assim,

Já nos anos 70 o Paraná havia sido transformado em nova fronteira agrícola, representando 23,96% da área total e 24,39% da produção de soja. Nas décadas de 1970 e 1980, o extremo oeste paranaense e a Campanha, o oeste e o noroeste no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná foram áreas de convergência de uma parcela significativa dos recursos oficiais e privados tanto para a soja quanto para o binômio soja-trigo<sup>13</sup>.

A partir deste momento, a agricultura comercial com as culturas de trigo e milho para o mercado interno e de soja para o mercado externo passa a concorrer com a pecuária extensiva por mais terras e mais crédito na região<sup>14</sup>. Assim, os proprietários de terras dos Campos Gerais também puderam se apropriar de parte dessa nova massa de mais-valia social futura, seja diretamente, através da reativação da produção agropecuária subsidiada (o crédito público), ou indiretamente, pela extração da renda (venda ou arrendamento).

A renda da terra não representou obstáculo maior ao desenvolvimento da agricultura comercial justamente por

---

<sup>13</sup>SANTOS e SILVEIRA, op. cit., p.128.

<sup>14</sup>Mais recentemente, a disseminação da técnica do plantio direto da soja pelos Campos Gerais paranaenses ampliou novamente a produtividade. Também a revolucionária técnica da modificação genética deverá em breve ampliar a produtividade das lavouras de soja da região, tão logo sejam removidos os obstáculos políticos (os produtores de soja paranaenses estão proibidos pelo governo do Estado de plantar transgênicos). Em Ponta Grossa, até recentemente a multinacional Monsanto desenvolvia em sua estação experimental experimentos de trigo modificados geneticamente.



tratar-se da apropriação de um *quantum* futuro da mais-valia social (e que tem resultado no conhecido endividamento dos pequenos produtores junto aos bancos). Ao contrário, essa fração da mais-valia que o produtor agrícola deixará de ganhar - justamente por tê-la antecipado ao proprietário fundiário na forma de renda da terra - pode mesmo estimular investimentos em tecnologia para elevar a produtividade e reduzir os custos de produção.

Diante da evidente modernização agrícola das regiões campeiras, não restaria outra saída aos defensores do mito da “mentalidade atrasada” que restringi-lo à camada dos atuais pecuaristas. Como a realização do lucro na criação bovina dependia até recentemente apenas do ciclo da natureza, que, sabidamente, não acompanha o ritmo de reprodução do capital de outros ramos produtivos, parece que a atividade pecuária e os pecuaristas representam a obsolescência econômica. Mas a Revista *Amanhã*, edição de janeiro de 2004, já destacava a produção de «raças híbridas euro-indianas que produzem novilhos prontos para o abate em apenas dez meses», o que representará talvez o golpe mortal no mito do atraso.

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE, cerca de 38,94% dos estabelecimentos rurais dos municípios dos Campos Gerais declararam o uso de assistência técnica, valor apenas pouco inferior à média estadual de 40,27%<sup>15</sup>. É verdade que a sojicultura dos Campos Gerais ostenta um dos maiores índices de mecanização e de produtividade do país - constituindo-se em excelente exemplo de definição do campo atual como “fábrica sem paredes” -, e que esse índice regional poderia estar mascarando o atraso técnico das fazendas de criar gado. Ocorre que esse mesmo processo poderia estar rebatendo também na composição da média estadual, e assim se anula o argumento.

O melhoramento genético nas fazendas da região não mais se faz apenas pela importação de gado de raça, mas fundamentalmente pela disseminação de técnicas de inseminação artificial e transplante de óvulos, logrando ampliar a natalidade bovina e obter animais com menor tempo

---

<sup>15</sup>IBGE, op. cit.

de abate e maior qualidade de carnes. O rebanho bovino sulista também está sendo inserido no Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bupalina (Sisbov). O Sisbov exige a implantação de um anel identificador em cada animal, transformado assim num código e inserido em banco de dados, permitindo a rastreabilidade dos cortes de carne exportados até às fazendas criatórias. Assim, o gado contém cada vez mais ciência, técnica e também informação<sup>16</sup>. E tecnologias mais modernas de rastreabilidade já estão sendo ofertadas ao governo brasileiro, como a destacada em matéria do jornal *Correio do Povo*, edição de 27.04.2006:

O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, recebeu proposta para utilização de um *chip* eletrônico que permitiria o rastreamento, manejo, controle e identificação bovina. O dispositivo foi apresentado pelo presidente da empresa norte-americana Digital Angel, Kevin McGrath, que mostrou-se interessado em investir na inovação no Brasil.

O equipamento referido foi desenvolvido pela multinacional norte-americana em parceria com a Embrapa Gado de Corte e funciona através de ondas de rádio. Além de monitorar a temperatura do animal, ele também identifica sintomas de febre aftosa e outras doenças.

### **Modernização: meio natural e técnica social**

A rigor o termo “meio natural” tornou-se impróprio, pois “exceção-se certos rincões do planeta, a diferenciação do espaço agrícola devido às virtualidades naturais e às técnicas utilizadas pelos grupos humanos é um dado que atualmente pertence à história”<sup>17</sup>. Nos Campos Gerais do Paraná, a expansão da agricultura comercial alterou significativamente a biodiversidade e a paisagem de campos naturais, mas as modificações no sistema ecológico local são ainda anteriores, como demonstram a introdução de gramíneas exóticas como forrageiras para o gado e o próprio impacto causado pelo pisoteio e alimentação do rebanho.

---

<sup>16</sup>SANTOS, op. cit.

<sup>17</sup>SANTOS, op. cit., p.139.

Os solos dos Campos Gerais são arenosos e pobres - tipo litosólicos -, desfavoráveis ao desenvolvimento de plantas arbóreas, salvo nas depressões ou planícies aluviais<sup>18</sup>. Embora essa correspondência entre solos e vegetação se aplique apenas em certas condições naturais, para Larocca Junior esses solos pobres que dominam mais de duas terças partes do segundo planalto paranaense também entravaram “durante mais de século o desenvolvimento local e somente veio a ser superada nos anos 70 do século XX, com o desenvolvimento de técnicas avançadas de plantio direto”<sup>19</sup>.

A ideologia da inaptidão dos solos de campos naturais para o uso agrícola se disseminou nos Campos Gerais valendo-se da justaposição histórica entre áreas agrícolas e áreas de mata<sup>20</sup>. É um mito que se propagou pelo tempo, em que pese os relatos de naturalistas como o francês Auguste Saint-Hilaire, que registrou em seu diário de viagens a existência, no Paraná de início do século XIX, de plantações de trigo em áreas de campo<sup>21</sup>.

Explicar o tardio desenvolvimento da agricultura comercial nos Campos Gerais pelo argumento da natureza dos solos da região representa incorrer num “determinismo geográfico”. É H. Berthelme quem aponta corretamente que as técnicas empregadas pelos colonizadores é que foram inadequadas para uma ocupação agrícola mais efetiva dos solos dos Campos Gerais, pois a lavoura dos imigrantes de fins do século passado, foi obrigada a contornar “a borda da estepe”, uma vez que os pequenos arados de tração animal não podiam

---

<sup>18</sup>MAACK, Reinald. “Notas preliminares sobre clima, solos e vegetação do Estado do Paraná” In *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, n. 84, 1950, pp.1401-1487.

MELO, Mário S. “Controle geológico geomorfológico da vegetação dos Campos Gerais do Paraná” In *Boletim de Resumos da III Jornada Científica de Geografia da UEPG*. Ponta Grossa, UEPG, 2001.

<sup>19</sup>LAROCCA JUNIOR, op. cit., p. 49.

<sup>20</sup>Há registros de produção agrícola nas áreas de capões das fazendas de criar gado dos Campos Gerais, voltada para a auto-suficiência em gêneros como milho, feijão, mandioca, arroz e criação de porcos. Cf. , C. *Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná*. , IAPAR, 1988.

<sup>21</sup>YU, op. cit.

lavar os duros e ressequidos solos de campo da região, onde o emaranhado formado pelo raizame do capim barba-de-bode (*aristida palleus*) constituiu um obstáculo adicional<sup>22</sup>.

Há também o registro de documentos históricos, caso da carta enviada ao vice-presidente do Paraná, Dr. João Cândido Ferreira, em 1904, que consta no Arquivo da Câmara Municipal de Ponta Grossa, em seu Livro de Atas de 1902-1907:

(...) manifesta a inconveniência que resulta a muitos colonos as concessões de terras situadas neste município que o Governo do Estado fez frequentemente à particulares. Assim é Exmo. Sr. que tendo alguns particulares requerido ao Governo do Estado, terrenos de campos por aforamento perpetuo na colonia Botuquara (...) cujas concessões se acham em via de legalização, consta que muitas famílias de colonos emigrarão para o Estado de Santa Catarina, caso fiquem privados desses campos para criação de gado, do que infallivelmente necessitam afim de obterem estrumes para adubo de suas lavouras, além dos produtos laticínios que lhes dão algum resultado. (...) esses colonos estão dispostos a adquirir esses campos por aforamento ou compra<sup>23</sup>.

O citado documento público, ao propor o uso de adubo orgânico obtido das próprias fazendas de criar gado da região, reconhecia que a fertilidade do solo dos campos meridionais também tinha seu componente social. Afinal, a cooperação social na atividade produtiva é ela própria uma técnica na forma organizacional.

Na própria região havia o exemplo precursor do chamado “sistema faxinal”, onde se usava o esterco suíno como adubo. O uso comunal das terras nesse sistema decorreu de uma externalidade da fazenda de criar gado, gerado da decadência da pecuária e da necessidade de mão-de-obra para a viabilização da

<sup>22</sup>BARTHELMESS, H. “Estruturas agrárias” In BALHANA, A. et al. *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba, UFPR/Fac. Filosofia, 1968, pp.139-152.

<sup>23</sup>PINTO, E. A. e GONÇALVES, M. A. C. *Ponta Grossa: um século de vida (1823-1923)*. Ponta Grossa, UEPG, 1983, p. 116. Também no pampa gaúcho, os agricultores da zona colonial não puderam utilizar o esterco animal oriundo da zona de pecuária. Cf. , Telmo. “A inserção da economia imigrante na economia gaúcha” In LANDO, A. M.; DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (orgs.). *RS: imigração e colonização*. Alegre, Mercado Aberto, 1992.

exploração dos ervais. Sem o concurso do produtor autônomo e dos agregados, constituídos por “famílias pobres mais ou menos independentes que se agregavam às fazendas”, a extração do mate seria impossível<sup>24</sup>. Para manter os agregados (trabalhadores rurais) nos ervais, grandes proprietários de terras passaram mesmo a incentivar a formação do sistema faxinal, conjugando uma economia de subsistência com o extrativismo do mate:

Essa racionalidade levou a construção de cercas coletivas que abrangessem as terras de caiva contíguas de todos da mesma localidade. Dentro do perímetro das cercas ficava definida como terras de criação ou criadouro, ao seu redor, fora das cercas, ficavam as terras de plantas ou as capoeiras. O criadouro era de uso comum e englobava as terras de caboclos, colonos e fazendeiros, sendo que cada qual participava com o que possuía. Embora a proporção de terras entre essas três categorias fosse muito desigual, o que importava era o fato da construção do criadouro trazer benefícios para cada uma delas, sem precisar em troca incorrer em grandes custos<sup>25</sup>.

Portanto, o sistema faxinal derivava do usufruto comum do espaço de criação de animais, de forma a realizar a integração da criação de suínos com a produção agrícola e o extrativismo do mate. A suinocultura era praticada nas áreas de mata dos “faxinais”, com os animais soltos e separados das áreas de lavoura, que empregava adubo orgânico dos suínos<sup>26</sup>.

Para Yu “instalou-se um clima de incerteza quanto à situação dos criadouros” quando, na década de 1970, passa a ser aplicada a “Lei Federal dos Quatro Fios” (resgatada do Código Civil Brasileiro de 1916), permitindo aos proprietários de terras cercadas com ao menos quatro fios de arame apreender quaisquer animais que as invadissem<sup>27</sup>. De fato, a década de 70 trouxe o

<sup>24</sup>YU, op. cit., p. 27.

<sup>25</sup>Idem, ibidem, p. 37-38.

<sup>26</sup>Idem, ibidem, p.101. Havia dois sistemas de criação de suínos nos faxinais. O primeiro baseava-se nos recursos oferecidos pelo ambiente (gramíneas, frutos silvestres, pinhão de araucária); o segundo, mais comercial, complementava a alimentação com uma ração a base de milho.

<sup>27</sup>Nas últimas décadas, outra externalidade do sistema produtivo local permitiu que grandes frigoríficos se instalassem na região: a ampla disponibilidade de mão-de-obra nas pequenas propriedades rurais. sistema de integração reúne pequenas propriedades familiares para a criação de aves e suínos e sob rígido esquema normativo de assistência técnica e

desenvolvimento das lavouras comerciais, para as quais os animais de criação do sistema faxinal representavam uma ameaça

**A contra-face nefasta do latifúndio e da modernização:  
a miséria social**

A produção da miséria social sempre acompanhou de perto a produção de riqueza nos Campos Gerais do Paraná e representa outro sinal (ainda que pela negatividade) da modernidade das elites fundiárias locais. Essa miséria começou no campo justamente porque ali inicialmente se realizou a produção de riqueza, amparada no sistema de propriedade monopolista da terra.

O tropeirismo e o extrativismo do mate ocupavam praticamente a totalidade da mão-de-obra disponível nos Campos Gerais, aprofundando a carestia alimentar entre os trabalhadores rurais e das cidades da região. Foi justamente na época áurea da atividade ervateira que a escassez e a desnutrição foram mais comuns na região, a se julgar pelo “péssimo costume de comer terra em especialmente quando tirada dos ninhos de cupim (...) outras preferiam pedaços de louça de barro”<sup>28</sup>.

Na economia do mate, o topo da pirâmide social regional era ocupado pelos “barões do mate”, representados por grandes industriais e exportadores do produto; os níveis intermediários, pelos proprietários de ervais; e a imensa base, fundamentalmente por “simples colhedores de erva”<sup>29</sup>. Na economia madeireira, os lucros pertenciam “principalmente aos grupos econômicos estrangeiros, argentinos e ingleses, que monopolizavam a industrialização e as cotas de exportação

---

provimento de insumos, e representa a base social da competitividade de grupos como Sadia e DaGranja nos Campos Gerais, respectivamente nos segmentos de embutidos e da avicultura. A esse respeito, ver e SILVEIRA, op. cit.

<sup>28</sup>PAZ, F. “História e cotidiano: a sociedade paranaense do século XX na perspectiva dos viajantes” In *História: questões e debates*. Curitiba, UFPR/ Dept. História, v. 14/15, n. 8, jul-dez. 1987, p. 30-31 apud CUNHA, op. cit., p. 49-50.

<sup>29</sup>YU, op. cit.

do produto” e, em menor proporção, aos proprietários fundiários (reservas florestas) e de serrarias<sup>30</sup>.

As atividades ligadas à pecuária e principalmente o extrativismo do mate e da madeira puderam gerar, a partir da década de 1930, grandes bancos, sinalizando um novo patamar de acumulação de capital, onde:

(...) o baronato [ervateiro] curitibano e os terratenientes [descendentes dos bandeirantes paulistas] pontagrossenses fundaram o Banco Comercial do Paraná; pouco depois, surge o Banco Mercantil e Industrial (Bamerindus), com capitais de comerciantes pontagrossenses (inclusive alguns russos-alemães) e dos principais cafeicultores no Norte Velho. A matriz de ambos os estabelecimentos bancários foi estabelecida em Ponta Grossa<sup>31</sup>.

A precoce urbanização de Ponta Grossa, resultante dessas novas funções comerciais e financeiras, seria acompanhada desde cedo de índices de favelização incomuns para cidades sulistas de porte médio<sup>32</sup>. Segundo Cicilian Löwen, “(...) as favelas não são um fenômeno recente, pois as primeiras surgiram em Ponta Grossa na década de cinqüenta. Nas décadas seguintes o crescimento intensificou-se passando a população favelada de 0,8% da população urbana em 1960 para 1,9% em 1970, 6,3% em 1980 e 14% em 1990”<sup>33</sup>.

---

<sup>30</sup>SILVA, J. “Processos econômicos-sociais regionais e seus impactos sobre a estrutura urbana de Guarapuava – PR” In *Revista de Historia Regional*. Ponta Grossa, UEPG/Dpto. de História, v. 2, n. 1, 1997, p. 17 apud CUNHA, op. cit., p. 51.

<sup>31</sup>LARocca JUNIOR, op. cit., p. 62. O Banco Bamerindus implantaria agências por diversos estados, transformando-se rapidamente numa das principais instituições bancárias privadas do país. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, com a nova regulamentação do setor bancário permitindo o controle por capitais estrangeiros, o banco foi adquirido pelo grupo europeu HSBC.

<sup>32</sup>Na década de 1920, Ponta Grossa já era a mais “próspera” cidade do interior do estado, dotada de equipamentos incomuns para a época, tais como calçamento, telefone, água encanada, rede de esgoto, hospital. Em 1930, apenas três municípios paranaenses apresentavam taxas de urbanização superiores a 30%: Paranaguá (superior a 30%), Curitiba (acima de 50%) e Ponta Grossa (acima de 75%). Cf. , op. cit.

<sup>33</sup>LOWEN, Cicilian L. “Estrutura interna e dinâmica social na cidade de Ponta Grossa” In DITZEL e LOWEN, op. cit., p. 32.

Inicialmente, a favelização representou tão-somente uma transferência geográfica da miséria social que estava dispersa pelos latifúndios campeiros. Mas, com a industrialização, o desemprego estrutural ou tecnológico e a sucessão de crises econômicas fizeram com que a miséria e a favelização nos Campos Gerais se tornassem também fenômenos gerados no meio urbano.

A industrialização fomentada a partir do governo estadual de Ney Braga (1961-65) não alterou a estrutura latifundiária local, uma vez que não foi acompanhada de nova onda de projetos de colonização. A Tabela 2 indica que até hoje a estrutura fundiária regional apresenta-se concentrada nos municípios do antigo Caminho dos Tropeiros.

**TABELA 2 – Grupos de área por município dos Campos Gerais paranaenses - 1995**

Município	Área total	Área até menos de 100 ha	Área de 100 a menos de 500 ha	Área com 500 e mais ha
Tibagi	270.522	20.583	64.069	185.870 (68,44%)
Pirai do Sul	112.723	21.920	26.663	64.140 (56,90%)
Castro	234.856	56.789	80.576	97.491 (41,51%)
Ivaí	51.391	31.271	12.170	7.950 (15,47%)
Ipiranga	73.625	24.408	26.330	22.887 (31,08%)
Prudentópolis	171.730	132.709	30.752	8.269 (4,81%)
Imbituva	65.986	36.048	19.064	10.874 (16,48%)
Teixeira Soares	94.016	22.020	22.381	49.615 (52,77%)
Ponta Grossa	156.773	23.111	52.286	81.376 (51,91%)
Irati	71.533	51.341	13.048	7.144 (9,99%)
Palmeira	98.997	34.016	27.494	37.487 (37,87%)
Porto Amazonas	13.190	1.295	7.606	4.289 (32,52%)
Rio Azul	38.911	31.390	6.928	593 (1,52%)
Rebouças	31.551	22.784	7.707	1.060 (3,36%)
São João do Triunfo	45.081	20.918	12.377	11.786 (26,14%)
Lapa	128.541	49.481	39.212	39.848 (31%)
Mallet	47.020	34.506	9.078	3.436 (7,31%)



São Mateus do Sul	96.009	44.217	31.996	19.796 (20,62%)
Antonio Olinto	30.143	18.488	7.630	4.025 (13,35%)
União da Vitória	48.304	16.704	11.324	20.276 (41,98%)
Paula Freitas	24.825	12.031	6.463	6.331 (25,50%)
Paulo Frontim	25.715	18.040	2.618	5.057 (19,66%)
<b>Total regional</b>	<b>1.931.442</b>	<b>724.070</b>	<b>517.772</b>	<b>689.600 (35,70%)</b>
<b>Total PR</b>	<b>15.946.633</b>	<b>6.198.026</b>	<b>4.744.420</b>	<b>5.004.187 (31,38%)</b>

Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE.  
Obs.: Não disponíveis os dados dos municípios de Carambeí, Guamiranga e Fernandes Pinheiro.

Segundo o Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE, 35,7% dos estabelecimentos rurais dos Campos Gerais tem 500 e mais hectares, ainda que o índice seja apenas pouco superior aos 31,38% para o conjunto estadual (Tabela 2). Mas, em Ponta Grossa e maioria dos municípios vizinhos ao norte e ao sul, esse índice ultrapassa os 50% no grupo de área com 500 ou mais hectares, o que não por coincidência justapõem-se ao antigo Caminho dos Tropeiros<sup>34</sup>.

Retornando à década de 1960, com a nova matriz agroindustrial projetada pela *Companhia de Desenvolvimento do Paraná* e inaugurada a partir da década seguinte, pode-se mesmo dizer que a elite latifundiária regional conseguiu manter importante espaço econômico para a reconversão produtiva ou para a realização da renda da terra pelo arrendamento. Essa nova matriz produtiva significava que:

Antecipando os movimentos de atração de capital internacional que viriam a caracterizar o “milagre brasileiro” dos 70, já de início lançou-se o governo municipal em subsidiar, mediante a doação de terrenos, obras de terraplanagem e redes de energia elétrica, grandes unidades fabris de agro-indústria, em especial as esmagadoras de soja (Sanbra, depois Ceval e hoje Bunge; Cargill; Anderson Clayton,

<sup>34</sup>Evidente que os projetos de colonização não foram tão expressivos no entorno de Ponta Grossa quanto em outras áreas dos Campos Gerais, o que auxilia a explicar a maior concentração de terras na primeira.

depois Gessy Lever, hoje Coinbra; Irmãos Pereira, depois Coinbra), cultura que iniciava seu ciclo no Paraná, substituindo não somente o café do Norte com também parte da policultura do Oeste. Ao grupo de empresas (todas de capital estrangeiro) da soja, foram acrescentados estabelecimentos têxteis (Monofil e Kurashiki), produtores de fertilizantes (Quimbrasil, depois Ipiranga, depois Serrana, hoje Bunge; Takenaka, hoje Macrofertil), um grande moinho de trigo serraceno (Mak-Bros, hoje extinto), acompanhados dos armazéns de cereais e oleaginosas de empresas (Sagro, hoje Cooperativa Castrolanda) e das cooperativas regionais (Batavo; Cotia-Sul Paraná; Mista de Ponta Grossa e Coopersul), que povoaram a região sul da cidade, ao longo da rodovia e da ferrovia(...)<sup>35</sup>.

Assim, se houve efetivamente alguma “ruptura política”<sup>36</sup> no período, de modo algum esta significou que a elite campeira fosse alijada do processo econômico ou da vida política local.

Ao mesmo tempo, a produção da miséria continuou a acompanhar a produção de riqueza ampliada pela matriz agroindustrial. Como Ponta Grossa respondia por cerca de 4% do potencial de consumo paranaense em 2000 para apenas 2,85% da população estadual, tudo aponta no sentido de uma acentuada concentração de renda. De fato, entre as décadas de 1980 e 90, Ponta Grossa foi dentre os municípios de maior população do interior paranaense o que apresentou maior crescimento do percentual de população vivendo com renda inferior a meio salário mínimo (Tabela 3)<sup>37</sup>.

Pode-se questionar se o quadro social seria ainda pior sem a industrialização ocorrida no período, argumento que impregna o discurso político local e estadual. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) aponta para o ano de 2000 que 24 dos 25 municípios da região apresentavam

---

<sup>35</sup>LAROCCA JUNIOR, op. cit., p.72.

<sup>36</sup>PAULA, José C. Milléo. “Poder local em Ponta Grossa: algumas considerações sobre sua evolução” In DITZEL e LOWEN, op. cit.

<sup>37</sup>Idem, ibidem. Na década de 1970, dos cinco municípios mais populosos do Paraná, Ponta Grossa era aquele que possuía o menor contingente de população rural, com apenas 11% do total; evidenciando que a miséria na região tornava-se agora também um fenômeno eminentemente urbano.

médio desenvolvimento humano (Tabela 4). Contudo, o IDH-M da industrializada Ponta Grossa (19º posição no estado) foi exatamente o mesmo da “desindustrializada” Santana do Livramento, município localizado no coração do pampa gaúcho.

**TABELA 3 – Distribuição da população com renda insuficiente nos maiores municípios do interior do Paraná – 1970/1991**

Municípios	Percentual da população (%)		
	1970	1980	1991
Maringá	53	17	16
Londrina	54	22	23
Cascavel	71	31	31
<b>Ponta Grossa</b>	<b>52</b>	<b>23</b>	<b>35</b>
Estado do Paraná	75	39	41

Org. LARocca JUNIOR, 2002.

Fonte: IBGE, Censos de 1970, 1980 e 1991.

Apenas quatro municípios dos Campos Gerais apresentavam, em 2002, índice de pobreza (até 0,25 Salário-Mínimo por membro da família) menores que a média estadual de 10,83%: Porto Amazonas (9,15%), Ponta Grossa (8,62%), Carambeí (7,58%) e União da Vitória (7,94%)<sup>38</sup>.

Finalmente, a renda familiar média mensal por domicílio apurada na microrregião de Ponta Grossa, para o ano de 1999, de R\$ 771,81, foi próxima da média estadual, mas bastante inferior aos valores de Londrina e Maringá, e ainda mais distante da média da Região Metropolitana de Curitiba. Esse fato chama mais a atenção à medida em que Ponta Grossa já representava uma exceção positiva diante das outras microrregiões dos Campos Gerais, como Prudentópolis (R\$ 416,24); Irati (R\$ 459,17); São Mateus do Sul (R\$ 494,36); União da Vitória (R\$ 504,13) e Lapa (R\$ 519,23)<sup>39</sup>.

Diante dessa piora dos indicadores sociais, transparece a frustração com o modelo agroindustrial inaugurado na década de 1970. Essa expansão agroindustrial foi mais presente nos

<sup>38</sup>IAPAR. *Mapeamento da pobreza no Paraná. Situação segundo municípios e Associações de Municípios do Paraná, ano 2000*. Londrina, 2003.

<sup>39</sup>IBGE, op. cit.

**TABELA 4 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos Campos Gerais paranaenses - 2000**

Município	IDH-M	Posição no estado	Posição no país
Ponta Grossa	0,803	19	494
União da Vitória	0,793	33	726
Carambeí	0,785	50	931
Porto Amazonas	0,774	77	1.209
São Mateus do Sul	0,766	103	1.436
Palmeira	0,763	114	1.515
Mallet	0,761	125	1.561
Lapa	0,754	144	1.757
Irati	0,743	188	2.082
Rio Azul	0,738	205	2.201
Teixeira Soares	0,738	210	2.224
Castro	0,736	218	2.259
Paula Freitas	0,736	222	2.288
Paulo Frontin	0,735	224	2.296
Prudentópolis	0,733	232	2.365
Piraí do Sul	0,730	240	2.424
Ipiranga	0,728	246	2.474
Imbituva	0,727	250	2.493
Rebouças	0,711	296	2.793
Antônio Olinto	0,711	298	2.796
Fernandes Pinheiro	0,711	302	2.807
Guamiranga	0,702	331	2.962
Ivaí	0,701	334	2.968
Tibagi	0,685	371	3.224
São João do Triunfo	0,679	376	3.322

Fonte: ONU.

Obs.: Total de 399 municípios no PR.

Campos Gerais que nas demais regiões, uma vez que, em 1999, o Valor Adicionado do setor primário de R\$ 740 milhões para Ponta Grossa foi em muito superior aos R\$ 506 milhões gerados por Londrina, aos R\$ 357 milhões de Maringá, e aos R\$ 160 milhões de Cascavel. No mesmo ano, três dos cinco maiores Valores Adicionados do setor primário paranaense - Castro, Ponta Grossa e Carambeí - estavam nos Campos Gerais<sup>40</sup>.

Com a chegada das multinacionais do setor agrícola, a industrialização foi mais intensa mesmo que a própria produção agrícola regional. A região polarizada por Ponta Grossa “concentra a maior capacidade de esmagamento de soja e moagem de trigo”, embora tenha colhido no triênio 1986-88

<sup>40</sup>LAROCCA JUNIOR, op. cit.

apenas 18% da área de soja do estado e pouco mais de 10% de trigo<sup>41</sup>. O agrupamento dos dados para o Paraná Tradicional apontou a realização de apenas 8% do Valor da Produção Agrícola estadual em 1985, com valores equivalentes a menos de metade da média estadual na produção por hectare<sup>42</sup>.

A dinâmica do setor de serviços ligado às funções logísticas locais é outro dos mitos recorrentes especificamente em Ponta Grossa. Apesar de representar importante “ção flexível” territorializada, mesmo o do *clustermetal-mecânico* pontagrossense e sua “rede” de pequenas empresas locais, originadas dos serviços demandados da manutenção do setor ferroviário e dos caminhões de carga, significam a super-exploração da mão-de-obra. Ao adotar o padrão do “taylorismo sanguíneo”, a competitividade do *clustermetal-mecânico* local baseia-se na reprodução de um modelo de exploração intensiva do trabalho<sup>43</sup>.

Ainda assim, esse “louvável” esforço do “emprego para todos” foi insuficiente, pois na área polarizada por Ponta Grossa a variação de pessoal ocupado na indústria entre 1970 e 1991 apresentou média anual de 3,1%, algo inferior aos 3,5% da média brasileira no período e bastante aquém das médias dos principais centros urbanos estaduais: Curitiba (6%), Londrina (6%) e Maringá (6,1%).

Larocca Junior faz perceber que os níveis de emprego nas cidades de Lages, União da Vitória, Guarapuava e Ponta Grossa, quando comparados à média do “polígono das aglomerações industriais dinâmicas do Brasil”, representam “estranhamente uma quase recriação do Caminho das Tropas

<sup>41</sup>LOURENÇO, G. M. e LEÃO, I. Z. C. “Tendências da economia brasileira e paranaense – 1995-2005” In *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 86, set/dez 1995, p. 119.

<sup>42</sup>ROLIM, Cássio F. C. “O Paraná urbano e o Paraná do *agrobusiness*: as dificuldades para a formulação de um projeto político” In *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 86, set/dez 1995, pp.49-99.

<sup>43</sup>LARocca JUNIOR, op. cit. Ainda segundo o autor, o *cluster* se caracteriza por uma situação de aglomeração industrial, permitindo a redução de custos de produção através do uso compartilhado de capital fixo e mão-de-obra. Já em 1970 esse “*tecido social*” de pequenos empreendedores representava para Ponta Grossa cerca de 10% da produção total da indústria metal-mecânica paranaense.

dos séculos XVIII e XIX<sup>44</sup>.

O novo surto industrial ocorrido em Ponta Grossa e região na década de 1990 foi ainda mais poupador de mão-de-obra quando comparado o Valor Adicional Industrial por operário com outras regiões do estado (Tabela 5). Cada emprego industrial em Ponta Grossa custou cerca de 54 mil reais em 1998/99, bem mais que o dobro do segundo colocado, Maringá, com 23 mil reais por operário.

**TABELA 5 – Valor adicional industrial por operário para os principais municípios do interior do Paraná - 1998/99**

Municípios	VA industrial (milhões de reais)	Nº de operários (mil)	VA por operário (mil R\$)
Ponta Grossa	740,7	13,6	54,4
Londrina	506,4	21,9	23,1
Maringá	357,3	20,9	17,1
Cascavel	159,9	10,1	15,8

FONTE: IPARDES, 2000. Org. LAROCCA JUNIOR, 2002.

A indústria de pneus alemã Continental investiu R\$ 80 milhões em Ponta Grossa para gerar apenas 100 postos de trabalho (diretos e indiretos); a canadense Casa Blanca Forrest, com R\$ 250 milhões investidos em Lapa esperava gerar 1.500 empregos, mas principalmente indiretos por conta da enorme área a ser florestada; e a DaGranja anunciou que com investimentos de R\$ 106 milhões geraria 9 mil empregos, promessa propalada pelo periódico local *Paraná e Cia*, edição de 10.11.1997: “A Da Granja vai acabar com o desemprego em União da Vitória”, mas empresa e imprensa ocultaram que a maior parte desses empregos contabiliza a mão-de-obra familiar já ocupada nas pequenas propriedades rurais.

Como se tratavam de grandes plantas industriais extremamente modernas, o impacto da automação do processo industrial sobre o mundo do trabalho trouxe o fenômeno do “desemprego estrutural” para os Campos Gerais, agravando as desigualdades e a miséria social. A primeira onda modernizadora local (a matriz agroindustrial) da década de 70 representou uma “indústria [que] se resume ao processamento massivo dos produtos

<sup>44</sup>Idem, ibidem, p. 94.

dessa “secundarização” do primário, com a composição técnica do capital pendendo fortemente para o constante<sup>45</sup>. E o fenômeno se repete na segunda onda modernizadora, como demonstra o caso da indústria de bebidas Kaiser, que localizou uma de suas plantas em Ponta Grossa:

A empresa de bebidas, que alguém descreveu como “grande nave espacial do século XXI (quase) inteiramente automatizada”, foi atraída ao Paraná em meio a uma guerra fiscal com Santa Catarina; esse exemplo paradigmático de “enclave” trabalha com malte importado da República Tcheca, França e Inglaterra, embora os campos paranaenses sejam grandes produtores de cevada e haja maltarias de porte em Guarapuava e na Lapa; o lúpulo é importado, o agente de fermentação, as embalagens de vidro e de alumínio, os rótulos, etc., provem todos da indústria paulista. Ao que consta, a água parece ser ainda de origem local. A instalação da Kaiser em Ponta Grossa coincide temporalmente com o fechamento da tradicional cervejaria Adriatica, fundada em 1919 por Henrique Thielen e adquirida, na década de 50, pela Antártica. Além da perda de mais de 300 empregos, o fechamento da velha empresa e a posterior mutilação de suas instalações, em plena zona central, causou profundo impacto na população<sup>46</sup>.

### Conclusão

As elites campeiras regionais sempre souberam se aproveitar das constantes modernizações produtivas, sobretudo pelo controle do aparelho político (e com ele o uso privilegiado do crédito público), residindo aí seu traço de modernidade. A execução de projetos de colonização representou para os latifundiários dos Campos Gerais a possibilidade de realização da renda da terra pela venda de parte da propriedade (particularmente das áreas de mata) ao Estado. Aqueles que optaram em se manter enquanto proprietários de terras puderam, a partir da década de 1970, buscar a reconversão produtiva para a agricultura comercial ou a renda da terra pelo arrendamento, em ambos os casos beneficiados por toda a logística das grandes agroindústrias.

A persistência da miséria social atravessa toda a história

---

<sup>45</sup>Idem, *ibidem*, p. 95.

<sup>46</sup>Idem, *ibidem*, p. 81.

econômica dos Campos Gerais do Paraná e representa a contraface mais visível dessas modernizações do processo produtivo regional. O monopólio privado das terras para a pecuária e o extrativismo gerou uma massa de miseráveis no campo, que cedo se obrigou a deslocar para as cidades. As duas grandes ondas industrializantes, baseadas em grandes e modernas unidades produtivas, não foram capazes de gerar a contrapartida da criação de postos de trabalho nas cidades da região, de forma que o desemprego estrutural mesmo se ampliou a partir da segunda onda industrial na década de 1990.

É emblemático que os indicadores de pobreza dos Campos Gerais somente sejam superados no estado pelos municípios dos Campos de Guarapuava e de uma estreita faixa de campos que se estende para o nordeste do estado, justamente regiões que também foram ocupadas por grandes propriedades pecuaristas. Essa espécie de trágica recriação social do Caminho dos Tropeiros tem escapado aos estudos técnicos encomendados pelo Governo do Estado, provavelmente em razão da adoção de recortes regionais com funções estritamente políticas (como por Associações de Municípios).



## **Modernização e produção da miséria nos Campos Gerais do Paraná**

Edu Silvestre de Albuquerque  
Idaleto Malvezzi Aued

**Resumo:** A idéia do atraso ou arcaísmo das elites dos Campos Gerais do Paraná sustentadas no binômio latifúndio – pecuária extensiva aparece disseminada em trabalhos acadêmicos, na literatura e na mídia, influenciando o próprio curso das políticas de desenvolvimento regional. Contudo, defendemos a tese da modernidade dessas elites locais ao longo da história em razão das constantes modernizações do processo produtivo regional e de sua nefasta contra-face: a produção da miséria.

**Palavras-chave:** história regional; regionalismo; modernização.

**Abstract:** The idea of the delay or archaism of the elites from Campos Gerais do Paraná supported in the great country properties and extensive creation appears spread in academic works, literature and the media, influencing the proper course of the politics of regional development. However, we defend the thesis of that the modernity of these local elites along history, because of constant modernizations of the regional productive process and the production of the social exclusion.

**Key words:** regional history; regionalism; modernization.

Artigo recebido para publicação em 08/01/2008

Artigo aprovado para publicação em 28/04/2008